



f /peloestado

[PeloEstado]



peloestado.com.br

Caso de doença em aves de SC faz México suspender importações

O Governo do Estado de Santa Catarina recebeu nesta segunda-feira, 19, a confirmação do foco de Doença de Newcastle em aviário comercial de criação de perus no município de Nova Itaberaba, no Oeste Catarinense. De imediato, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sape) e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) acionaram as equipes para adoção das medidas sanitárias necessárias. As medidas sanitárias já estão sendo aplicadas pela Cidasc em conjunto com o Mapa e setor produtivo para contenção e erradicação do foco, bem como estão sendo intensificadas as ações de vigilância em populações de aves na região. A ocorrência foi identificada durante ações de vigilância ativa da Cidasc.

A Doença de Newcastle é causada por vírus que afeta aves domésticas e silvestres, causando sinais clínicos respiratórios, frequentemente seguidos por manifestações

nervosas, diarreia e edema da cabeça nestes animais, causando alta mortalidade em curtos espaços de tempo.

Após a confirmação, o México suspendeu as importações de produtos avícolas do Brasil. A medida foi anunciada ainda na segunda-feira. A restrição abrange carne de aves, miúdos e outros produtos avícolas, além de ovos férteis, pintinhos de até três dias de idade e algumas categorias de aves vivas. A decisão também alcança produtos de origem avícola transportados por viajantes. Segundo o governo mexicano, a suspensão foi adotada como medida preventiva para proteger a produção avícola do país e a duração da restrição dependerá da avaliação das informações sanitárias e das medidas de controle adotadas pelo Brasil.

Apesar da confirmação da doença, o Ministério da Agricultura reforça que não há risco à saúde humana relacionado ao consumo de produtos avícolas submetidos à inspeção sanitária oficial.

Catarinense na OAB Nacional

O advogado catarinense Rafael Horn foi eleito nesta segunda-feira (19), em Brasília, diretor executivo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CF/OAB). A eleição ocorreu no Conselho Pleno da entidade para cargo criado com a atualização do Estatuto da Advocacia e da OAB (lei federal 8.906/94).

Na nova função, Horn terá duas frentes prioritárias. A primeira, levar ao Conselho Federal a posição da OAB/SC no sentido de combater os abusos no Supremo Tribunal Federal (STF). A segunda, construir, junto às Seccionais, um novo modelo para as inscrições suplementares, com o objetivo de resolver distorções que hoje afetam advogados que atuam em mais de um

Foto: Raul Spinassé/Divulgação



estado.

É a segunda vez que o advogado catarinense ocupa posto na diretoria nacional da OAB.

Preocupante

A incerteza em relação ao orçamento de 2027 para as rodovias federais catarinenses e os impactos para as empresas com o fim da escala 6XI são temas que preocupam o setor produtivo e foram discutidos pelo Conselho das Federações Empresariais de SC (COFEM).

A alocação de recursos federais na malha federal do estado para o próximo ano preocupa o COFEM porque até o momento não se sabe o tamanho do orçamento previsto para SC, que tem demandas urgentes de aportes para BRs como a 470, 280 e a 282, por exemplo. Diante dessa situação, há risco do estado perder competitividade.

Outro ponto que preocupa na área é a segurança viária: SC registra 18 óbitos por 100 quilômetros de rodovia federal, o dobro da média nacional, que é de nove, o que reforça a importância de garantir este orçamento.

Campanha

No primeiro turno das Eleições 2026, 21,08% dos eleitores não compareceram às urnas eletrônicas no Brasil e deixaram de exercer o direito democrático. Em Santa Catarina, a taxa de abstenção foi menor: 1.084.991 eleitores faltaram (18,97%). Assim, a Justiça Eleitoral de Santa Catarina lançou a campanha "A Democracia sentiu a sua falta", com objetivo de incentivar o voto no segundo turno, dia 25 de outubro.

Idealizada pela Justiça Eleitoral catarinense, a campanha contará com a veiculação de spots nas rádios do estado. Nas redes sociais, haverá publicação e impulsionamento de posts no Instagram oficial (@trescjsbr) até 22 de outubro.

Mais chance

Ampliar as oportunidades de negócios, fortalecer a economia local e estimular a geração de empregos em Santa Catarina. Esses são os principais objetivos de um Projeto de Lei Complementar apresentado na Alesc, pelo deputado estadual Napoleão Bernardes (PSD), que propõe dobrar o valor das contratações públicas destinadas exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte no Estado. A proposta aperfeiçoa o Estatuto Estadual da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, elevando de R\$ 80 mil para R\$ 160 mil o limite das licitações exclusivas para esses empreendimentos. Na prática, a medida poderá ampliar a participação de pequenos negócios em licitações para o fornecimento de materiais escolares, alimentos, entre outros itens adquiridos pela administração pública.

Integração Editorial



Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales
Diagramação: Celina Sales
Contato peloestado@gmail.com

*Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC